

SESSÕES DO PLENÁRIO

72ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de agosto de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Gostaria de submeter, ao Plenário, as atas das seguintes sessões especiais: 27ª e 28ª, realizadas, respectivamente, em 17 de agosto de 2023; 29ª, realizada em 18 agosto de 2023.

Em discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Passo à leitura do expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Cláudia Oliveira comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 14 e 17/08/2023.

Da Deputada Ludmilla Fiscina comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 15/08/2023.

Do Deputado Cafú Barreto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 14/08/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem de inscritos, eu convido o deputado Pablo Roberto. Não se encontra.

Deputado Pablo Roberto. Não se encontra.

Deputado Rogério Andrade. Não está presente.

Com a palavra o deputado Leandro de Jesus, para utilizar o tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Boa tarde, presidente, colegas e deputados presentes, imprensa, servidores e todos os que se encontram aqui.

Bem, a minha fala hoje se refere a uma manobra lamentável que vai ocorrer ou se está tentando fazer nesta Casa em prejuízo dos professores que estão buscando o que lhe é de direito em relação aos precatórios.

Já me posicionei diversas vezes sobre o assunto, o que eu entendo ser justo, que obviamente os professores têm de receber aquilo que lhes é de direito. Eles suaram, trabalharam, portanto eles devem receber a totalidade dos precatórios com o principal, juros, mora etc. Isso deveria ser indiscutível.

Mas o governo do PT, visando exatamente a usurpar aquilo que é direito dos professores, fará uma sessão extraordinária, aqui na ALBA, nesta quinta-feira, às 19h30min, exatamente para discutir o que é direito dos professores.

Por que foi marcada uma sessão extraordinária desta forma, às 19h30min? É para afastar aqueles que têm interesse na causa, para afastar a sociedade, para afastar e exatamente dificultar o acesso dos professores que estão lutando pelos seus direitos.

Mas fica aqui a reflexão, embora, obviamente, da minha parte, não há nenhuma concordância com o que o PT está fazendo com os professores. Digo isso porque o que nós vemos, inclusive de sindicatos ligados aos professores ou de figuras que estão aí ou de parcela dos professores, é que eles “fizeram o L”. Eles fizeram campanha para o Lula, fizeram campanha para o Jerônimo. E, agora, o que está acontecendo? Tomando na cara!

Será que os professores vão aprender desta vez? Será que os professores vão aprender que o PT não tem compromisso com a educação, não tem compromisso com o professor, não tem compromisso com a verdade, não tem compromisso com o que é direito? O que mais precisa acontecer para que os servidores, de modo geral, mas

falando especificamente dos professores, o que mais precisa acontecer além de meter a mão no bolso de vocês? O que será que vai precisar acontecer?

Porque está muito óbvio, ou seja, não apenas pelo posicionamento que o governo tem tomado em relação ao dinheiro que é de vocês, mas agora com esta manobra de colocar em votação este projeto na calada da noite, exatamente para que vocês, professores e a sociedade, sejam prejudicados. Isso é um verdadeiro calote, calote aos professores.

Então, será que agora os olhos se abrirão para entender e deixar claro que a esquerda, o PT e essas figuras, ditas defensores da educação e dos professores... será que agora vai ficar claro que tudo não passa de conversa fiada da parte deles?

Como eu externei antes, inclusive, anteontem, os deputados da esquerda não foram capazes de se manifestar sobre os cortes que estão acontecendo na educação no governo Lula. Por que não se levantaram para falar sobre isso? Ou seja, não existe qualquer verdade ou coerência da parte deles. Tudo é interesse político, é palanque político. Não há compromisso com a verdade.

Inclusive, é bom que os senhores saibam que até o governo Lula, que é PT, PT lá, PT aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) destruição lá, destruição aqui, também vai ajudar nessa manobra, porque os ministros do governo Lula estarão numa caravana, exatamente também para incentivar e para que a bancada governista continue, esteja aqui e também para votar em desfavor dos professores.

Então, está aí. Não foi por falta de aviso! Mas, como eles dizem, o amor venceu. Esta é a democracia relativa do Lula. E é esta destruição que o PT continua impondo ao nosso estado da Bahia. Este é o recado. Então preparem-se, porque o prejuízo já está dado! O martelo está batido para este calote aos professores.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido a nobre deputada Soane Galvão para utilizar o tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

A Sr.^a SOANE GALVÃO: Cumprimento o presidente, os nobres colegas deputados e deputadas, a imprensa e os servidores desta Casa.

Hoje, venho, com muita honra, presidente, a esta tribuna para informar que nós, da Comissão dos Direitos da Mulher, estamos fazendo uma audiência itinerante. A audiência itinerante é uma campanha à qual eu me integro. Trata-se da campanha Agosto Lilás, dedicada a debater as violências domésticas. A futura audiência acontecerá em Ilhéus, na quarta-feira, dia 30 de agosto, às 9 horas, no teatro municipal.

E eu quero pedir a todos vocês, deputados, que possam estar presentes para nos honrar e contribuir para minimizar as violências que estão acontecendo contra as mulheres.

Hoje quero cumprimentar as deputadas Ludmilla e Fabíola, pois elas propuseram uma audiência pública sobre Violência Política de Gênero, ocorrida nesta manhã. Lá nós ouvimos vários relatos de violência política. Eu chamo a atenção para que vocês observem o que está acontecendo com Mãe Ana, pois isso é promover a violência, para além de Mãe Bernadete, que perdeu a sua vida, ultimamente. Nós debatemos este tema. Ouvimos essas mulheres através de relatos impressionantes. Elas estão psicologicamente violentadas, sem poder sair de casa e sem poder dar continuidade a suas vidas normalmente.

Então, hoje, quero que vocês se sensibilizem e olhem para a voz dessas mulheres que estão gritando por socorro, para que as vidas de mais mulheres não continuem sendo ceifadas com tanta violência. Trata-se de violência política, violência doméstica, abusos, estupros etc. Sabe-se que, no ano passado, em 2022, aumentaram os índices de violência contra a mulher, em relação ao ano anterior.

Quero convidar todos para a próxima audiência pública. Espero que vocês possam nos honrar através desta luta, para que as vozes das mulheres sejam realmente ouvidas. E isso depende não só da nossa comissão e das mulheres, depende de uma mobilização de todos nós, como também a mobilização dos nobres colegas deputados homens que estão na luta.

Eu tenho certeza de que o Agosto Lilás foi um momento para podermos refletir porque, depois de 17 anos de sancionada a lei sobre a violência doméstica, continuamos ainda com alto índice de violência doméstica no nosso país. E, na Bahia, se agrava muito mais.

Solidarizo-me com toda a família de Mãe Bernadete.

Digo a Mãe Ana que estamos fazendo o nosso papel.

Precisamos abraçar essas mulheres com mais afinho e apreço.

Quero agradecer a todos vocês que estiveram presentes naquela audiência pública que tivemos hoje de manhã. A Casa estava lotada. Havia autoridades presentes para representar a nossa desembargadora Nágila. A nossa querida amiga e defensora pública Lígia estava presente. A Dr.^a Lívia fez uma explanação excelente sobre direito eleitoral.

Estamos mostrando que a nossa comissão, com esta bancada feminina atuante, está sempre na luta pelos direitos das mulheres de forma mais solidária e igualitária. Precisamos, sim, equalizar essas violências de gênero.

Obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrições, eu concedo a palavra a Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas presentes, galerias, eu queria começar este pronunciamento falando sobre a minha felicidade, no último final de semana, em participar dos festejos no distrito de Vila do Bandeira do Colônia, em Itapetinga, quando inauguramos a Clínica da Família, uma clínica com várias especialidades, com raio X, com ultrassom etc. Isso vai proporcionar, à população desse distrito importante, fazer os seus exames lá, sem ter de se deslocar a Itapetinga ou a Itororó.

Inauguramos também o Centro de Fisioterapia. Fizemos a entrega da biblioteca, além das assinaturas de ordem de serviço de diversas obras de infraestrutura, mostrando o compromisso da gestão municipal em trabalhar por Itapetinga e fazer o melhor por aquela cidade.

Itapetinga é uma cidade importante do médio Sudoeste, que tem tido uma administração equilibrada do competente prefeito Rodrigo Hagge, do vice-prefeito Renan Pereira e da Câmara de Vereadores, que têm compromisso com aquela cidade.

Então, queria parabenizar o prefeito, queria parabenizar a gestão municipal por uma série de realizações que fizeram, no último final de semana, em Vila do Bandeira do Colônia.

Mas queria falar também hoje, em médio Sudoeste, deputados Ricardo Rodrigues, Emerson Penalva e Leandro de Jesus, sobre o absurdo que está acontecendo em relação aos voos diretos na Bahia. Hoje, para ir a Vitória da Conquista, só há um voo direto. Quanto aos outros dois voos, a pessoa tem de sair de Salvador para Guarulhos e, de lá, ir para Vitória da Conquista. Eu tive de usar o voo num sábado recente, saí de Vitória da Conquista, fui para Guarulhos e, de Guarulhos, eu vim para a capital baiana.

Fora isso, os preços são absurdos! É mais barato você viajar para o exterior do que você fazer um voo de Vitória da Conquista para Salvador ou de Salvador para Ilhéus. Um absurdo!

E esta Casa tem de se debruçar sobre isso. Não pode acontecer esta situação que tem prejudicado a economia e prejudicado o turismo. Quanto a Vitória da Conquista, hoje, essa cidade é o berço. No entanto, está muito difícil chegar a Vitória da Conquista ou a Chapada Diamantina de avião. Vitória da Conquista também é uma cidade-polo que abrange diversas regiões do nosso estado e diversas cidades do sul de Minas. Enfim tem de ter uma solução. Não dá mais!

Eu vejo aqui a deputada Soane. Eu soube hoje, deputada Soane, sobre a questão de Ilhéus, de que há indícios de que também não terá mais voo direto para lá. Imagine, um o voo de 35 minutos vai se transformar num voo de 5 horas, o que é um absurdo. Então, eu queria pedir a atenção desta Casa em relação a isso. O deputado Tiago Correia tem tido também uma atuação de destaque cobrando sobre essa situação, uma

situação absurda. Não dá mais para tolerar você ter que sair de Vitória da Conquista, ir para São Paulo ou ir para Confins para poder chegar em Salvador. Isso é um absurdo!

Eu queria a sensibilidade do governo do estado para que chame essas empresas, essas operadoras aéreas, está aqui o nosso presidente, que é de Vitória da Conquista, o presidente Zé Raimundo, para que discuta a questão do desconto do ICMS do querosene e ofereça o voo direto, não pode acontecer o que está acontecendo.

Para terminar, eu queria registrar o meu apoio em relação aos professores estaduais, o meu apoio em relação ao pagamento dos precatórios com juros de mora, não só porque eu acho que é a justiça pelos professores, que esse recurso é um recurso deles e eles merecem ter o seu pagamento na forma da lei, mas também pela importância dessa categoria.

Então, eu queria, mais uma vez, registrar o meu apoio aos professores estaduais pelo pagamento dos precatórios com juros de mora...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por uma questão de justiça para esses profissionais que merecem, sim, todo o respeito da nossa sociedade.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Pedro Tavares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo aqui a ordem de inscrições, eu concedo a palavra ao deputado Tiago Correia pelo tempo de até 5 minutos. (Silêncio) Não se encontra.

Ao deputado Euclides Fernandes. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Casa, imprensa, Sr. Presidente, venho aqui, nesta tarde, com um sentimento diferente, um sentimento de tristeza por ver que o nosso requerimento da criação da CPI da Viabahia foi indeferido.

Vi com detalhes todos os motivos desse indeferimento, deputado Leandro, pois constava que iríamos fiscalizar a concessão e o contrato. Sei que nós não temos a legitimidade de fiscalizar essa concessão, mas, nesta tarde, eu tenho uma grande felicidade, protocolei outro requerimento de CPI, desta vez, para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a má prestação de serviço pela Viabahia a toda a população do nosso estado.

Graças a Deus, já temos 26 assinaturas novamente, e peço encarecidamente ao setor jurídico, à Procuradoria Geral desta Casa, que analise de forma correta essa solicitação. Já existem situações semelhantes em alguns estados do nosso país, como é

o caso da Paraíba, em que se abriu CPI para se investigar a prestação do serviço das telefonias, do Rio de Janeiro, bem como do Paraná.

Por mais que as concessões sejam federais, nós temos que vir defender o nosso povo, que é o contribuinte que paga para trafegar, que paga para usar os telefones. Nós temos que vir aqui, deputada Olívia, a senhora que também já assinou a CPI, e tantos e tantos deputados porque essa CPI não é uma CPI partidária, ela é suprapartidária, tem um só motivo, defender o povo da Bahia da má gestão da concessionária Viabahia, que vem causando grandes transtornos.

O Sr. Presidente sabe a dificuldade que é ir até a Vitória da Conquista, pois o senhor passa naquela estrada e vê que não tem acostamento, que não tem sinalização, que não tem iluminação, que o lixo está margeando, e hoje os municípios é que retiram esses lixos, deputado Zó, das margens da BR-116 e da BR-324.

É inadmissível essa CPI não ser instalada! Eu peço que o setor jurídico olhe para ela com carinho porque o povo da Bahia precisa ter essa resposta, e nós, como deputados outorgados pelo voto do povo, temos que vir aqui defender, sim, defender o nosso povo, defender as pessoas que participam, que trafegam nessa BR, que trafegam por meio dessa concessão.

Vamos estar juntos na terça-feira, deputado Penalva, lá em Brasília, deputado Leandro, participando da audiência pública, e eu quero ver, eu quero ver a cara do diretor da Viabahia lá nessa audiência porque ele veio para aqui, para a comissão de infraestrutura e transportes, mentir. Ele garantiu que, enquanto os problemas não fossem sanados, não iria ter aumento de tarifa, e ele mentiu porque agora, em julho, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) já teve esse aumento, e ele agora... Eu quero vê-lo com a cara cínica dele tentar mentir lá na Câmara dos Deputados, eu vou estar lá sentado na primeira fileira olhando para a cara dele e, quando tiver a oportunidade, irei falar de todos os desmandos que essa Viabahia vem fazendo no nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra, seguindo aqui a ordem de inscrições, ao deputado Júnior Muniz. (Silêncio) Não se encontra.

Ao deputado Vitor Bonfim. (Silêncio) Não se encontra.

Ao deputado Matheus Ferreira. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o nobre líder histórico desta Casa, sempre presente, Sandro Régis, para usar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Ex-líder.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ex-líder e sempre líder.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, hoje, para a surpresa de diversos parlamentares, foi publicada uma sessão

para que se vote amanhã um empréstimo e o projeto dos precatórios dos professores, a começar na quinta-feira, às 19h20min, à noite.

Aí eu imagino um deputado como o meu amigo Zó, um deputado que tem referências fortes na bancada do Rio São Francisco, um deputado que é do PCdoB, que tem uma história com a classe de luta, se submeter ao capricho de abrir esta Casa às 19h20min para votar às escondidas.

Imagino o constrangimento de meu amigo, professor Zé Raimundo, um expoente da educação, um dos parlamentares mais respeitados da Bahia, que é professor, foi a classe da educação que o tornou homem público, o professor Zé Raimundo vir para aqui amanhã votar às escondidas.

Mas, amigos, amanhã não será uma sessão, amanhã será uma excrescência! É uma vergonha para esta Casa se submeter a uma questão dessa, nós não estamos falando aqui nem de governo, nem de oposição, nós estamos falando aqui de homens e mulheres que foram votados para representar a Bahia! E esta Casa, em vez de se respeitar, de respeitar os baianos, esta Casa vai se curvar para fazer uma votação às escondidas, uma votação vergonhosa que irá cravar no currículo de cada um dos senhores...

O governo tem número para votar esse projeto a qualquer tempo e a qualquer hora! O governo tem quase 50 deputados, mas preferiram usar essa patifaria que é votar na quinta à noite!

Eu vou completar, deputado Marcinho, meu sexto mandato com este que eu estou exercendo e eu não me recordo de esta Casa ter passado um constrangimento desse. Eu não me recordo de esta Casa levar deputados que têm uma história, levar deputados que têm um marco a tal desmoralização. A realização dessa sessão amanhã vai ser a grande desmoralização da Assembleia Legislativa da Bahia! E é bom que a população baiana saiba o que está acontecendo aqui dentro, é bom que escoe para todos os baianos e para todas as baianas que amanhã será celebrada uma sessão que irá marcar de forma vergonhosa aqueles parlamentares que vieram, deputado Penalva, fazer parte desse circo.

Eu peço aqui ao líder da Oposição, ao líder Alan, que não submeta a sua bancada a uma vergonha dessa, que não legitime essa sessão inescrupulosa que irá acontecer amanhã a partir das 19h20min. Nos dias de quinta-feira, a sessão é pela manhã; nos dias de quinta-feira, nesta Casa aqui, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que eu me lembre, eu nunca participei de uma sessão que começou às 19 horas.

Aos Srs. Deputados que irão fazer parte, amanhã, desse grande circo, que irão carimbar, no seu currículo, a mediocridade, a falta de respeito, a falta de valor com si próprio, parabéns! Que sirvam...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a palhaçada para a Bahia e para os baianos.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra, seguindo a ordem de inscritos, ao deputado Raimundinho da JR. (Silêncio) Não se encontra.

Ao nobre deputado Felipe Duarte. Ele abdica.

Ao deputado Luciano Araújo. (Silêncio) Não se encontra.

À colega Maria del Carmen (Silêncio). Também não se encontra.

A Robinson Almeida. (Silêncio) Também não.

À Dra. Fabíola Mansur. (Silêncio) Idem.

Eu concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho pelo tempo de até 5 minutos. Hilton Coelho, por favor.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, eu não poderia deixar de ocupar esta tribuna para colocar o nosso posicionamento sobre essa atitude surpreendente do governo. Eu ainda consigo me surpreender, talvez porque eu seja um deputado de segundo mandato, a gente está iniciando o segundo mandato ainda, talvez por isso eu consiga me surpreender.

Depois de 4 anos, eu pensei que já tinha visto muito, mas essa posição da Maioria, orientada pelo governo, de votar aqui, numa sessão subterrânea, um projeto de tamanha importância, envolvido, deputada Soane, em tanta polêmica... A sociedade está discutindo o problema dos precatórios do Fundef, se respeita ou se não respeita a educação, se o governo está respeitando ou não está respeitando a educação, se tem base legal ou se não tem base legal. É uma polêmica hoje.

Acho que, inclusive, vou falar disso daqui a pouco, foi isso que orientou a posição do governo. O governo quer matar a polêmica sobre esse projeto, sobre o que ele deve. Antes era o governo federal; hoje é o governo do estado que deve porque está nos seus cofres o dinheiro que veio diretamente para a Bahia para pagar a dívida com os professores. Mas eu vou abordar, daqui a pouco, mais detalhes dessa situação.

Eu quero apenas recuperar duas situações, a primeira é que, no último debate que nós fizemos sobre esse tema aqui, mais acalorado, na presença, inclusive, dos professores nas galerias, o líder do Governo, o deputado Rosemberg Pinto, chegou aqui, nesta tribuna, e disse: “O nosso cronograma deve ser... tudo indica... nós estamos construindo... nós vamos votar a urgência...” E passaram esta semana inteira debatendo com a categoria porque existem possibilidades de mediação, e, no início da semana que vem, proceder à votação.

A categoria não tem saído da Assembleia Legislativa. Aliás, talvez ontem tenha sido um dos momentos mais emblemáticos dessa presença da categoria. Uma audiência no maior auditório desta Assembleia Legislativa fez com que todas as cadeiras fossem ocupadas, que várias pessoas ficassem em pé ou sentadas no chão, deputado Zé Raimundo. O auditório estava completamente lotado para ouvir os argumentos em

relação a essa polêmica dos precatórios. E ficou absolutamente cristalino que o governo Jerônimo, aliás, o governador Jerônimo, está fazendo uma opção, porque existe uma tese que já está completamente ultrapassada pelos outros estados. Por quê? Nós não temos 27 estados da Federação que devem os precatórios do Fundef, são apenas 10 estados, deputado Felipe, que estão devendo. Desses 10, quatro já estão operando o pagamento. E desses, apenas a Bahia não vai pagar, se esse projeto passar dessa forma, com juros de mora.

Imagine que situação vergonhosa! Ou seja, de todos os estados que pagaram, dos quatro que pagaram, três pagaram com juros de mora. A Bahia vai figurar como vergonha nacional, porque o discurso do governo Jerônimo é o de que não existe segurança jurídica para fazer o pagamento. Ora, se nós temos uma emenda constitucional que fala de receitas... quando se fala de receitas, consulte o manual da questão tributária no Brasil, da questão orçamentária no Brasil, que orienta toda a máquina pública; consulte a legislação nacional; consulte o orçamento do governo deste ano. Toda vez que se falou em juros de mora, ele está dentro do conceito de receita.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E é justamente isso que está na emenda constitucional. A Constituição do Brasil definiu essa polêmica dos juros de mora como uma perspectiva de utilização de toda a receita proveniente dos recursos dos precatórios como designadas em 60% ao pagamento às educadoras e educadores.

Por isso não tem polêmica. Só para concluir, Sr. Presidente. Por isso, de fato, é vergonhoso o que governo está fazendo, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) está tendo uma linha de coerência com a posição vergonhosa que tem defendido.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, nobre deputado.

O Sr. HILTON COELHO: É cada vez mais sem sustentação a ideia de que não poderia ter feito essa opção. Completamente isolado nacionalmente, sem amparo na Constituição, o que o governo faz? Se esconde nos subterrâneos, ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) numa sessão noturna nesta Casa.

Eu quero concluir dizendo, Sr. Presidente, que, de fato, vai ser uma marca na história, um governador que é professor, tem uma carreira neste estado, entendendo o que é o desrespeito à categoria, ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concluindo, para dar sequência aos inscritos.

O Sr. HILTON COELHO: (...) vai fazer, promover essa sessão subterrânea para esfaquear essa categoria...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido a...

Por favor, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Não vai contar com o nosso voto. Nosso voto será contrário a esse projeto, como forma de protesto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há ainda dois deputados inscritos no Pequeno Expediente.

O Sr. Tiago Correia: Eu também, Sr. Presidente. Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido a deputada Olívia Santana; em seguida, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Tiago Correia: Tiago Correia também, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu chamei o deputado Tiago Correia em tempo hábil e não se encontrava. Na ordem, a deputada Olívia; em seguida, Alan Sanches...

Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu venho a esta tribuna fazer uso da palavra no sentido de externar a minha solidariedade à deputada Daiana Santos, mulher, negra, que pela primeira vez foi eleita deputada federal pelo meu partido, o PCdoB, no Rio Grande do Sul, e tem sofrido uma série de ataques em rede social. Ela, que é uma mulher extremamente atuante no movimento LGBT, agora está sofrendo ameaça de "estupro corretivo", uma das mais cruéis ações de machistas e misóginos que não aceitam que mulheres lésbicas possam existir.

A deputada Daiana tem um trabalho belíssimo, um trabalho social extremamente atuante na luta pelos direitos dos LGBTs, pelo direito das mulheres. Uma feminista, antirracista que tem dado não só contribuição a essa luta no seu estado do Rio Grande do Sul, mas no Brasil, na condição de deputada federal. E, hoje, há um movimento de solidariedade a ela. Eu não poderia ocupar esta tribuna e não fazer este ato de solidariedade a Daiana, afirmando a nossa parceria, companheirismo, e a compreensão de que essas violências políticas precisam ser banidas das nossas vidas.

A Assembleia, no dia de hoje, abrigou uma importante audiência pública, tratando sobre o tema da violência política que tem como principal objetivo afastar as mulheres da política, intimidar as mulheres, fazer com que nós, mulheres, recuemos para que esse território continue dominado, hegemônico pelos homens brancos, ricos, poderosos. A gente não vai se submeter a esse estado de coisas.

Então, eu quero dizer que estou encaminhando uma moção de solidariedade a deputada Daiana. Gostaria, deputada Soane, de contar também com a sua assinatura e de todas as mulheres da Comissão dos Direitos das Mulheres desta Casa, V. Ex.^a que está fazendo as audiências itinerantes. Eu, inclusive, estarei lá, em Ilhéus, por entender a magnitude desse trabalho que precisa ser fortalecido, continuado e ampliado.

Inclusive, nós teremos uma audiência pública amanhã, às 18 horas, da qual eu participaria também, em Conceição do Coité. Quero mandar um abraço à vereadora Elaine, essa mulher, também do PCdoB, atuante, combativa, que fará uma audiência pública pelo enfrentamento às violências contra as mulheres. Falei, hoje, com a secretária Elisângela sobre a necessidade de a Secretaria encaminhar representante, porque nós temos que fortalecer nossas vereadoras nas câmaras municipais dos 417 municípios, que muitas vezes se veem como vozes solitárias nessa luta em defesa do respeito, em defesa da igualdade de gênero.

Quero também, Sr. Presidente, saudar, parabenizar a Associação Santa Luzia, lá da Península Itapagipana, do bairro do Uruguai, nossa querida Lurdinha, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Jamira e toda a militância que há naquele território da Cidade Baixa, pelo anúncio feito, a ordem de serviço dada pelo governador Jerônimo de um investimento de R\$ 100 milhões em obras de micro e macrodrenagem naquela região, que sofre tanto com as fortes chuvas, muitas vezes alagamentos, enchentes que derrubam casas e carregam os pertences da população.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, fica, aqui, o registro de que essa ordem de serviço dada pelo governador Jerônimo, da ordem de R\$ 100 milhões, resulta da luta...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) intensa dos movimentos populares e sociais. É por isso que a gente nunca deve, presidente, se afastar do movimento social, porque é desse ventre que vêm partidos como Pcdob/PT/PSol/PSB; é de lá que a gente vem.

Então, meu respeito e minha saudação à luta popular.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas e demais pessoas que nos acompanham.

Vejam bem, na semana passada e nesta semana, nós estivemos aqui debatendo, discutindo o projeto do pagamento dos precatórios. O que nós achamos justo, todos aqui já sabem, é o repasse total, com juros e correção, para os professores, a quem o recurso é de direito.

E, de repente, o presidente da Assembleia, Adolfo Menezes, convoca – eu já tinha, inclusive, falado com ele – uma sessão extraordinária, para votar, na quinta-feira à noite.

Quero aproveitar a presença aqui do deputado Rosemberg para fazer um apelo público: não traga essa votação. Será uma excrescência para esta Casa, não para o

governo, mas para os deputados, num dia em que não há sessão. Não há motivo para essa urgência, não entrará em folha na segunda ou na terça, não mudará absolutamente nada.

O estado de greve em que os professores se encontram vai continuar da mesma forma, não será interrompido com a votação desse projeto dessa forma açodada. A Base do Governo já mostrou que tem os seus 43 deputados. Esta Casa precisa..., mas eu falo desta Casa, não de bancada, não do deputado Hilton Coelho, não da Bancada do Governo e nem da Oposição, mas desta Casa. Esta Casa não pode ficar batendo continência para governador algum em tempo algum. Esta Casa tem que ter um mínimo, um mínimo de individualidade.

Os poderes têm de ser harmônicos, mas não subservientes.

Então, falando isso, eu digo que estaremos nos reunindo, a nossa bancada, e, se V. Ex.^{as} continuarem com esse esforço, esse empenho para numa quinta à noite, na calada da noite, deputado José Raimundo, que não será às 19h30min. Não será às 19h30min, a gente vai estender. Se nós decidirmos estar aqui, os deputados da bancada, que estão todos bem nutridos, venham, venham porque sairão daqui ao amanhecer.

Como haverá um evento do governo federal e do governo estadual, é bom que já tomam café e já saem para participar. Mas de noite, tenham a certeza de que não será às 19h30min, não será às 20h30min. Será, sim, após a meia-noite. E, se Deus me der força para continuar na discussão aqui, farei todo o possível e o impossível para demonstrar o que a Casa está fazendo.

A Casa não pode aceitar isso, deputado Rosemberg. Nós, da Bancada da Oposição, já solicitamos a V. Ex.^a. Agora mesmo o deputado Sandro, deputado Penalva, deputado Marcinho estavam todos ali, deputado Tiago, querendo trazer essa discussão. Não há necessidade, deputado José Raimundo, não há necessidade, deputado Rosemberg, de votarmos na quinta à meia-noite, que será já na sexta, não será quinta. Tenha a certeza de que se a Bancada da Oposição vier, não será quinta, essa votação será na sexta. Votar na sexta ou trazer esse mesmo projeto para a segunda-feira, eu não vejo a menor necessidade de se fazer isso. Eu não vejo o menor cabimento para que a gente necessite expor a Casa. É uma exposição desnecessária da Assembleia Legislativa, que vai mostrar que a Bancada do Governo, independentemente de qualquer coisa, estará sempre dizendo amém.

Eu digo mais. Os deputados presidenciáveis, presidenciáveis, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) hoje, como o deputado Rosemberg, como também o deputado Adolfo, que quer pleitear a sua recondução, estará dando um passo completamente equivocado. Se hoje quer mostrar a sua força, a sua força sem ser presidente, eu digo, deputado Rosemberg, que V. Ex.^a. sabe do apreço do carinho que tenho por V. Ex.^a. Admiração!

Mas estamos, realmente, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) solicitando a V. Ex.^a que mantenha a tradição desta Casa de votar na segunda, na terça ou na quarta, porque a quinta-feira não é mais dia de sessão. Praticamente, todas as sessões da quinta-feira estão sendo transformadas em sessão especial. Então, eu peço sensibilidade a V. Ex.^a, justificando que não há motivo, não há necessidade de se votar na madrugada de sexta. Não será quinta, será sexta, na madrugada, porque são dois projetos, são duas obstruções.

Para finalizar, com sua tolerância, nobre presidente, serão dois projetos, então, para votar na madrugada de sexta, por que não deixarmos e votarmos na segunda-feira?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu iria fazer uma questão de ordem no sentido de interromper a sessão, mas eu queria combinar e precisava aqui do deputado Alan, porque eu ia conversar com o deputado Tiago, ainda tenho umas três pessoas interessadas em falar, e a gente estenderia o Pequeno Expediente, por acordo, e não tem problema.

E, aproveitando, já quero fazer uma proposta aqui ao deputado Alan. Olhe bem, primeiro, a questão não é votar à noite ou durante o dia. Ninguém, nenhum deputado da Base do Governo irá votar por qualquer tipo de pressão de absolutamente nada. A votação do projeto acontecerá pelo convencimento de que a proposta atende aos interesses dos servidores que receberão os precatórios e haverá uma questão específica com relação ao fundo, que as próprias associações já judicializaram, no projeto anterior que votamos no ano passado aqui, e, certamente, vão judicializar neste que vem.

Só para se ter uma ideia, deputado Alan, o projeto anterior foi judicializado e o Tribunal de Justiça foi na validade da posição votada na Assembleia Legislativa, no ano passado. Ou seja, já há um precedente, nesse sentido de uma ação ajuizada pela APLB-BA. Então não há votação à noite ou de madrugada, a situação não é essa. O nosso problema é apenas do ponto de vista regimental: o prazo é de 72 horas; e só se completam 72 horas às 19h20min. Se V. Ex.^a concordar, podemos votar amanhã à tarde. E aí, a gente faria uma dispensa de formalidade do prazo, porque o prazo só permite que se vote após 72 horas. É por isso que será às 19h20min, não é para votar à noite, escondido, em hipótese alguma. Não tem nenhum problema...

O Sr. Sandro Régis: Deputado, tem sessão especial amanhã.

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas não tem problema! Sessão especial a gente pode transferir para o auditório e fazer a sessão aqui, normalmente. Porque a sessão normal aqui não tem nenhum problema, a gente pode fazer. Se a Oposição concordar, a gente vota. A questão não é votar à noite, porque a gente pode votar amanhã, com a dispensa

de formalidade de prazo. A questão é apenas para que a gente não tenha o questionamento das 72 horas. Ninguém está aqui para votar à noite preocupado com qualquer questão, nem com as manifestações dos professores, em hipótese alguma. Não é nada disso.

Então, deputado Alan, se V. Ex.^a concordar, a gente podia pensar nisso e a gente pode antecipar a votação. Aquilo que eu digo: tanto faz votar sexta, como quinta, se isso para V. Ex.^a não tem problema, para nós tem. Por que para nós tem? Há um questionamento de que, às vezes, nem tudo que está acontecendo é falado aí na porta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas há um entendimento da necessidade por parte, inclusive, de um segmento significativo dos servidores, para votar com rapidez, para que o dinheiro seja creditado na conta dos servidores. E o estado já se organizou, aprovou o projeto, o governador sanciona e, imediatamente, o dinheiro vai para a conta dos servidores, não precisa gerar outra folha. Há uma pressão também dos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) servidores, no sentido de receber os seus dividendos.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A questão de ordem inicial do nobre deputado Rosemberg Pinto foi para que nós prorrogássemos o Pequeno Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É isso, deputado Alan? Para que todos os deputados que queiram possam falar.

O Sr. Alan Sanches: Com a sua tolerância, deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Alan Sanches: Ele me cedeu aqui, para eu possa responder...

O Sr. Hilton Coelho: Pode deixar o deputado Alan falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Na verdade, o que eu vejo aqui com o deputado Rosemberg é o seguinte: com relação a prolongar o Pequeno Expediente não vejo problema, porque já entramos, já estamos aqui na questão de ordem, então a gente já invadiu o horário do Grande Expediente.

Mas, da seguinte forma... Eu concordo com a primeira questão de ordem do deputado, há acordo para isso, mas, com relação à votação, qual o problema de, ao invés de votar na sexta de madrugada, que é como o governo propõe...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não! É às 19 horas.

O Sr. Alan Sanches: Não, na sexta de madrugada, porque será o primeiro projeto e, se nós tivermos alguns deputados inscritos no primeiro projeto, dependendo da quantidade, são 20 minutos para cada discussão; questão de ordem; solicitação de

quórum; verificação de quórum; abre 15 minutos, etc. Então V. Ex.^a sabe que o primeiro projeto não se votará antes, com toda a alegria, antes das 22 horas.

O segundo projeto é o que trata dos precatórios, o primeiro é o do empréstimo, assim foi convocada a sessão extraordinária. E o segundo será, realmente, sexta-feira, pela madrugada. Entre votarmos esse projeto na sexta-feira de madrugada e votarmos na segunda-feira, eu não vejo transtorno nenhum, a partir do momento que esta sessão pode ser, inclusive, convocada para segunda pela manhã e pode se estender, terminando, finalizando pela tarde de segunda, no horário normal do funcionamento desta Casa. Não há necessidade de iniciarmos uma sessão às 19h30min, para postergarmos e entrarmos na madrugada, para votar um projeto que não tem necessidade dessa urgência. Mudar de sexta de madrugada para segunda de manhã, eu não vejo problema nenhum.

Por isso, deputado Rosemberg, eu solicito, mais uma vez, a sua tolerância, com o seu conhecimento, a sua inteligência, para que a gente possa selar esse acordo e que esta sessão seja transferida, a sessão extraordinária, para segunda-feira ou amanhã, pela tarde.

O Sr. Hilton Coelho: Minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, o meu questionamento ao líder do Governo é justamente o seguinte. Veja, o líder do Governo está trabalhando como se tivéssemos um prazo máximo de 72 horas, mas o prazo se abre em 72 horas para fazer a votação.

O que está em jogo aqui é que a sessão seja na sexta-feira à tarde e não na sexta-feira de madrugada. Eu concordo com o líder da Oposição que, se nós fizermos à noite, vai ser uma sessão na madrugada, porque vai ter obstrução. Por parte do nosso mandato, nós vamos usar todo o tempo partidário necessário para fazer obstrução, então nós vamos entrar pela madrugada. Mesmo que a gente vote na sexta-feira, ainda não será uma sessão com transparência.

E eu te garanto, deputado Rosemberg, que, na audiência pública, todas as representações sindicais estavam presentes, ontem, e todos foram uníssomos em dizer que o governo não poderia votar de surpresa e, principalmente, com esse conteúdo que V. Ex.^a está afirmando aqui. Então não existe nenhum problema de parte da categoria estar achando que o dinheiro tem de entrar logo. Não existe isso. O que a categoria quer é ser respeitada. E, fazer essa votação no subterrâneo, como bem disse aqui o deputado Alan Sanches, na madrugada da sexta-feira, é o maior dos desrespeitos à educação do estado da Bahia.

Acho, inclusive, que boa parte da Base do Governo não vai estar aqui, porque não são poucos os deputados e deputadas que têm uma relação direta com a educação. É, realmente, uma condição vergonhosa que o governo está impondo a essa base. Então...

(O deputado Rosemberg Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Hilton Coelho: Já respeitei a sua fala, deputado, por favor respeite a minha. Você fica muito nervoso quando tem contraposição à sua fala.

Então o nosso questionamento é este: não sendo o prazo máximo de 72 horas, sendo o prazo inicial, por que nós não fazemos de maneira transparente na terça-feira da semana que vem, com um tempo para a categoria negociar mais com o governo e tentar, minimamente, garantir o maior respeito ao direito que está assegurado na emenda constitucional e, portanto, na Constituição do país?

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem?

O Sr. Marcinho Oliveira: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem de Marcinho Oliveira.

O Sr. Marcinho Oliveira: Muitos, todos os deputados, neste momento, estão preocupados com o horário da sessão, porque, realmente, está sendo um absurdo tudo que está acontecendo. Mas, respeitando também o acordo feito pelo deputado Alan Sanches com o deputado Rosemberg, eu acho que o tempo do Pequeno Expediente foi estendido, mas deveria ter o Grande Expediente, para que todos nós possamos aqui defender os professores. Porque o que está acontecendo é que está sendo discutido o horário da sessão, mas ninguém está aqui falando da expressividade e da importância dos professores, porque eles querem também o pagamento integral.

Então seria muito bom que se abrisse essa discussão e todos nós pudéssemos vir aqui, de público, manifestar o nosso apoio à classe dos professores.

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo, pela ordem, o deputado Leandro de Jesus. Questão de ordem.

O Sr. Leandro de Jesus: Outra questão relevante sobre o processo da votação que pode se estender até a madrugada é que nós estamos falando aqui de uma situação em que os professores já estão sendo violentados no seu direito. Agora, imaginem expor professores que, com toda a certeza e com toda a razão, farão esforço para estar aqui; servidores; todos nós que estaremos aqui; e teremos de sair daqui de madrugada, num estado, numa cidade que está tomada pela violência, e nós sabemos disso. Ou seja, expor todos nós, inclusive os professores, a uma situação, na madrugada, quando sabemos que há total insegurança em nosso estado da Bahia.

Obviamente, é uma situação em que o próprio governo nos colocou. Então, por gentileza, façam também uma reflexão sobre isso, porque nenhum de nós quer estar exposto aqui, numa madrugada, a essa violência que está instaurada em nosso estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo o acordo, eu visualizo aqui os deputados... Por favor, os deputados que queiram falar: deputado Tiago Correia, deputado Robinson e o deputado Raimundinho da JR? Não? Não. O.k.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Eu também vou falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Tiago Correia, por favor, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas, servidores desta Casa, amigos da imprensa que nos acompanham. Sr. Presidente, venho, mais uma vez, a esta tribuna, trazer um assunto que vem causando inquietação em todos os deputados e peço a participação de todos, que é a questão dos voos em nosso estado.

Hoje, pela manhã, o deputado Pedro Tavares trouxe a informação de que o voo que opera entre Salvador, nossa capital, e o município de Ilhéus, assim como os voos de Vitória da Conquista, também serão feitos com escala. Conquista tem três voos, hoje, operados pela Gol, Latam e Azul. Gol e Latam já fazem escala em Guarulhos: sai de Salvador, vai a São Paulo e volta para Conquista; sai de Conquista, vai a São Paulo e volta para Salvador.

E o voo da Azul, que a gente temia, recentemente, a companhia anunciou que, a partir do dia 28 de outubro, fará escala em Belo Horizonte, no aeroporto de Confins. E, hoje, pela manhã, houve mais um anúncio – como eu tinha trazido que havia rumores – de que tanto Ilhéus quanto Porto Seguro perderão os voos diretos. Foi anunciado que o voo de Ilhéus fará escala em São Paulo e, vamos aguardar, em breve, provavelmente, venha o anúncio de Porto Seguro.

E, como eu trouxe na semana passada, existe um decreto do governo do estado que concede desconto no ICMS sobre o querosene de aviação para as companhias aéreas que operam em nosso estado. E, o que é que as companhias estão fazendo? No silêncio do decreto, que não especifica que as cidades do interior têm de ser atendidas com voos diretos, estão substituindo esses voos pelas escalas e atendendo aos decretos de outros estados, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais. Quer dizer, ganha isenção aqui, ganha lá, não atende aqui, e está atendendo aos outros estados com voos diretos para os nossos municípios.

Deputado Pedro Tavares, hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor, levantou essa questão e encaminhei um projeto de indicação ao governador. Já falei com o chefe da Casa Civil, mas é preciso que toda esta Casa faça pressão para que esse decreto seja revisado e que, de fato, essa isenção de imposto seja dada, mas que as empresas operem diretamente entre a capital e os municípios do interior, Sr. Presidente. Inclusive, o preço da passagem para Vitória da Conquista é de R\$ 1,6 mil, R\$ 1,8 mil, o que é um absurdo, quando uma passagem internacional custa em média R\$ 2 mil.

Em relação ao projeto dos professores – e, aí, nós vemos um debate muito grande nesta Casa e eu peço a atenção do líder do Governo, deputado Rosemberg – a nossa

preocupação, deputado Rosemberg, é, justamente – como colocaram o deputado Marcinho, o deputado Sandro Régis e o deputado Alan – que se abra um precedente, nesta Casa, de se acatarem os desejos do governo de aprovar açodadamente, numa quinta-feira, às 19h30min.

Amanhã temos visita, inclusive, de diversos ministros de Estado aqui na Bahia; temos eventos nesta Casa; duas sessões especiais; então, não há a mínima justificativa para que um projeto tão importante como esse, que afeta a vida de tantas pessoas, seja aprovado numa sessão que vai se iniciar às 19h30min.

E, lembrando, deputado Hilton, que, antes do projeto dos professores, existe um projeto para o qual foi pedida a urgência primeiro, que é o projeto do empréstimo, que, provavelmente, vai ser apreciado primeiro. Será uma sessão que pode se estender até a manhã do outro dia, tendo em vista que há dois projetos importantes. Não acredito que o governo vá retirar a urgência do empréstimo, porque ele iria para o fim da fila. Então, não há a mínima justificativa para que seja realizada essa sessão. A gente tem uma sessão regimental na segunda-feira. Se o projeto for apreciado na sessão de quinta à noite, vai ser publicado na sexta. Não há diferença nenhuma em deixar para segunda. Então, não há justificativa.

A gente vê os colegas aqui... E o receio que tenho é que esta Casa, de fato, não seja respeitada, que nós possamos abrir precedentes. A sugestão do deputado Rosemberg de votar num horário antes, através de acordo, abre, inclusive, precedentes para que a categoria possa entrar na Justiça. O Regimento é claro: são 72 horas. Mesmo que exista um acordo, com certeza vão questionar.

Como falei: é ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um projeto que impacta a vida de milhares de pessoas. Então, eu faço esse apelo ao líder do Governo, ao presidente desta Casa para que essa sessão não seja realizada, para que nós possamos apreciar na segunda-feira, em horário regimental, na sessão regimental de maneira tranquila, e aí cada qual faz o seu discurso, defende as suas ideias.

Nós, da Bancada da Minoria, já dissemos que somos contrários ao projeto, da maneira como ele está colocado, e entendemos que a categoria perde muito com aprovação dele.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Tiago Correia.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Robinson Almeida pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa, os que nos assistem nas galerias ou por meio da *TV ALBA*, ontem, a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo desta Casa instalou uma subcomissão para fiscalizar o contrato de concessão da Coelba. A Coelba, como todos nós sabemos, é a concessionária responsável por prestar serviços de energia. Há 26 anos exercendo essa função, ela tem sido campeã de reclamações dos consumidores. Os consumidores residenciais se queixam de contas equivocadas, de demora para instalação de medidores, de problemas de variação de tensão e queima de eletrodoméstico, já os consumidores públicos, como as prefeituras, reclamam da dificuldade de a Coelba atender às ligações dos equipamentos públicos. O próprio governo do estado tem escolas aguardando inauguração em razão de a Coelba não ter instalado a ligação de uma subestação, ou de não ter agilizado a mudança de um poste. Até os consumidores empresariais reclamam que não podem implantar as suas atividades, seja um novo comércio, seja uma agroindústria, porque a Coelba não fez a extensão de uma rede de distribuição de energia elétrica.

Então, é um desrespeito completo uma empresa que, ao longo dos últimos 3 anos, obteve mais de 4 bilhões de lucro anual com a exploração desse serviço, não fornece qualidade para o povo baiano. Eu sou o coordenador dessa subcomissão que foi instalada, e temos o prazo de 1 ano. Nós vamos para cima! Vamos pegar todas as informações de queixas, reclamações, denúncias no Procon, no Conselho de Consumidores de Energia da Neoenergia Coelba (CCEC), no governo do estado, junto à UPB, e vamos nos sentar com a Coelba e exigir que ela estabeleça um prazo para atendimento desses pedidos e reclamações.

Nós vamos colocar, na Assembleia Legislativa da Bahia, também, uma linha direta para o consumidor, vamos sugerir que a Ouvidoria desta Casa possa estar aberta para reclamações de quem se vê lesado pela prestação desse serviço. Na subcomissão, na qual eu tenho a agradável companhia dos deputados Tiago Correia, Eures Ribeiro, Cláudia Oliveira, Pedro Tavares e Penalva, que fazem parte do colegiado, nós vamos fazer um trabalho coletivo para proteger e defender os interesses dos baianos.

A Coelba, por ser um monopólio, está brincando com o interesse público e precisa ser fiscalizada. Já que a Aneel, que é a Agência Nacional de Energia Elétrica, não cumpre o seu papel, a Assembleia vai ajudar a defender o povo baiano.

Quero dizer também que no ano que vem, em 2024, faltarão 3 anos para encerrar a concessão, e a Coelba, obrigatoriamente, terá de fazer um pedido de renovação da concessão à União. Nós não podemos deixar que esse pedido seja feito sem uma avaliação, sem um relatório completo do que está acontecendo na Bahia. Nós não podemos suportar, em silêncio, esse sofrimento, essa dificuldade que está atrapalhando a economia do estado, dificultando a geração de empregos, trazendo insegurança energética para população. E a Coelba faz desdém de uma concessão que ela deveria honrar e não desprestigiá-la, como tem feito ao longo dos últimos anos.

Também eu quero aqui aproveitar, Sr. Presidente, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para agradecer ao presidente Lula, que mandou uma caravana de ministérios aqui para a Bahia – é o primeiro estado que a recebe –, por reconhecimento da força institucional do grupo que dirige o nosso estado. Estivemos agora, no horário mais recente, com o Ministério da Igualdade Racial, entendendo as políticas públicas dirigidas por esse segmento, e a Bahia, os prefeitos e o governo do estado têm uma janela de oportunidades para trazer recursos, investimentos, projetos para a Bahia na parceria...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Jerônimo-Lula, governo estadual e governo federal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu pergunto aos líderes se há outros deputados ou deputadas que não tenham falado. Por favor, líder Rosemberg Pinto, há mais algum?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, o último inscrito no acordo é o líder Rosemberg Pinto. Em seguida, nós encerraremos a sessão.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidores, servidoras, imprensa, visitantes.

Presidente, na realidade, nós nos deparamos aqui... É lógico que não é vontade de nenhum deputado, seja da Base do Governo, seja da Base da Oposição, que tenhamos sessões noturnas. Isso virou uma característica no Congresso Nacional, onde só se vota à noite. Óbvio que essa não é uma característica da Bahia, aqui temos o costume de votar sempre durante o dia e pode se estender até a noite.

Ocorre que nós temos de entender que há um prazo regimental. Prazo esse que só permite a votação a partir das 19 horas.

(As galerias se manifestam.)

Diferentemente da disputa por base social que tem aqui, na porta da Assembleia, em que há um grupo que defende uma tese do sindicato e outro grupo que defende outra tese, isso não pode ser a base da discussão aqui, na Casa Legislativa. Então, é por isso que há a necessidade de votar nesse horário para cumprir o rito regimental.

Fiz uma proposta à liderança da Oposição para que, por dispensa de formalidades, iniciássemos a sessão à tarde. Então, na realidade também não há essa anuência. Não há que se falar aqui que estamos buscando horário mais ou menos adequado para votar um projeto. É o horário que o Regimento permite que o projeto seja votado.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou com muita tranquilidade, e quero, aqui, dizer que os deputados da Base do Governo estão com muita tranquilidade com relação ao horário da votação, porque, se há uma parte minoritária de servidores que não queira a votação na quinta-feira, há uma parte majoritária dos servidores querendo que agilize a votação para receber os seus proventos.

Encerrando as minhas palavras, quero agradecer a oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não havendo mais inscritos no acordo que foi feito, eu dou por encerrada a presentes sessão...

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Questão de ordem, nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, eu quero, aqui, mais uma vez, usar o microfone para sensibilizar V. Ex.^a, para sensibilizar o líder do Governo, que é meu amigo, para que vocês possam construir uma saída que não a deixe esta Casa desmoralizada.

Eu entendo o líder do Governo. Ele diz das dificuldades, que é questão regimental, mas o Regimento que serve para votar, quinta-feira, às 19 horas, é o mesmo Regimento que permite votar, segunda-feira, às 10 horas, ou segunda-feira, às 8 horas, ou sexta-feira, pela manhã.

Então, eu peço, aqui, ao líder do Governo, peço a V. Ex.^a, que é um expoente desta Casa – V. Ex.^a sabe da admiração que eu tenho por V. Ex.^a, pela sua história de vida –, que vocês tentem elaborar uma proposta para esta Casa, porque vai ficar muito feio, diante da sociedade, que esta Casa vote um projeto com tanta polêmica.

Não quero entrar, aqui, no mérito do projeto, se o projeto está atendendo ao que a lei diz, não está atendendo ao que a lei diz... Só que acredito que essa votação, amanhã, vai muito além da Bancada do Governo e da Oposição. Essa votação, amanhã, às 19 horas, fala sobre o respeito a esta Casa, fala sobre a imagem que o Parlamento passará para a sociedade. Independentemente de a Oposição votar contra, independentemente de o Governo votar a favor, o que vai passar é que isto aqui é um grande circo que se reúne à noite para votar projetos, fugindo da sociedade.

Então, eu peço a V. Ex.^a, pela sua história, que ajude a construir um caminho que não leve esta Casa à desmoralização, mais do que nós políticos já estamos desmoralizados perante à sociedade.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre líder Rosemberg Pinto. Foi feito uma...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, deixe-me falar. Estou levando as ponderações para o presidente da Casa. Sandro Régis apresentou até uma alternativa de votar na sexta, pela manhã. Eu vou, obviamente, conversar com o presidente da

Casa sobre essa questão, que é quem convoca a sessão. Eu sou apenas o líder do Governo, não o presidente da Casa. Quem decide o horário das votações é a Mesa Diretora da Casa, mas eu levarei todas as ponderações para o presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto.

Então, os líderes continuam conversando, discutindo, buscando...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) entendimento para ver a melhor estratégia de votação desse importante projeto.

O Sr. Alan Sanches: Nós não aceitamos a proposta de votar sexta de madrugada. Todos têm agenda, todos têm outros compromissos, não há necessidade disso. Nós estamos propondo fazer essa votação na segunda-feira. O governo escolhe se será de manhã ou pela tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Na segunda-feira! Não há necessidade de ser quinta, na calada da noite, sexta, de madrugada! Podemos fazer isso na segunda-feira, pela manhã.

Esse é o encaminhamento da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ficam aí, portanto, as ponderações, as considerações das várias vozes desta Casa, da Oposição, dos partidos que a compõem. Os líderes continuam buscando o entendimento, e vamos ver o que é possível.

Portanto, não havendo mais nada a ser tratado, eu dou por encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Fátima Nunes, Manuel Rocha e Neusa Cadore. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.